

CULTURA DO ESTUPRO: MULHER E FATORES PARA A CRÍTICA

Tais Tarouco Miranda da Cruz¹

Monique Bronzoni Damascena²

Resumo:

O presente artigo tem o objetivo de analisar as vertentes do estupro como uma categoria cultural, para isso foi utilizada uma aproximação do método dialético-crítico e também pesquisas bibliográficas. A partir do referencial teórico conclui-se que a cultura do Estupro define-se como a forma da sociedade culpabilizar a mulher vítima de assédio e normalizar o comportamento sexual abusivo dos homens. Recentemente, debates tem sido levantados sobre a cultura do estupro e o que faz ela cultural. Primeiramente, cultura remete a comportamentos, crenças, hábitos que são naturalizados e, a partir disso interferem nas relações sociais. Agora, por que o estupro é cultural? Estupro é crime, mas isso não quer dizer que estupradores sejam necessariamente doentes, são pessoas comuns que carregam dentro de si culturas, tradições, inclusive uma noção sobre a relação de gênero. A mais de um milénio atrás a Igreja Ortodoxa criou o Patriarcado, em que os homens assumiram as dioceses, tal modelo foi adotado no Brasil quando ainda era uma colônia de Portugal, definia-se família quando se tinha um patriarca (como chefe de família), mulher e filhos. Inicia-se uma cultura machista em que a mulher é vista como um ser de segunda classe, suscetível a violência e sem perspectiva, visto que os costumes da época não permitiam a auto suficiência da mulher. Atualmente, um caso de abuso sexual é registrado a cada 11 minutos, pela maioria vezes, dentro de casa por homens que a vítima conhece. A estimativa é de 1 abuso por minuto. Um dos fatores que implicam na não efetivação da denúncia é a falta do atendimento especializado as vítimas, sendo que, o horário de atendimento da delegacia da mulher não atende as demandas, a mulher após ter sofrido a violência tem de recorrer ao atendimento da delegacia comum, estando mais exposta a discriminação e a culpabilização pelo ato criminoso, além disso, a DDM (delegacia da mulher) não possui atendimento psicológico especializado e nem treinamento específico, operando assim em um sistema não criado para atender as mulheres.

Palavras-chave: cultura do estupro, mulher, crítica

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

CULTURA DO ESTUPRO: MULHER E FATORES PARA A CRÍTICA

¹ Aluno de graduação. taistmiranda@gmail.com. Autor principal

² Docente. moniquedamascena@gmail.com. Orientador



CULTURA DO ESTUPRO: MULHER, FATORES PARA A CRÍTICA

1. INTRODUÇÃO

A cultura do estupro está presente na sociedade na qual vivemos e que é normatizada e naturalizada e, por vezes, desconhecida pela falta de reconhecimento como cultura. Apesar de cultura ser ligada a aspectos positivos de uma civilização, ela remete a um conjunto de crenças e comportamentos humanos em geral. A questão é: o que torna o estupro cultural?

Quando nos questionamos sobre a cultura de um país, assim como o Brasil, pensamos no futebol, no hip-hop nas periferias, no carnaval, que embora não seja um consenso entre todos é considerado cultural pelo senso comum; porém cultura abrange além disso. Cultura é um conjunto de crenças e comportamentos naturalizados e reproduzidos por uma determinada sociedade, incluindo assim uma série de problemáticas, tendo como virtude os mais diversos contextos históricos.

A cultura é definida em termos de formas de comportamento, e o conteúdo da cultura é feito dessas formas, das quais existe um número incontável, na bôsnia ou em belfast, a cultura não é apenas o que se coloca no toca-fitas; é aquilo por que se mata. O que cultura perde em sublimidade, ela ganha em praticabilidade. nessas circunstâncias, seja positivo ou negativo, nada poderia ser mais espúrio do que a acusação de que a cultura está soberbamente distante da vida cotidiana (EAGLETON; TERRY, 2011, p. 161).

É possível visualizar que os fatos culturais estão sendo vividos cotidianamente e que fazem parte das vivências dos sujeitos, tendo assim, grande força de mobilização. A todo momento produz-se cultura¹, mesmo que despercebidamente, é possível que perpetue-se culturas inconscientemente, como a cultura do estupro, machista, objetifica a mulher a serviço do homem, tanto domesticamente quanto sexualmente. Existem uma série de comportamentos que tornam o estupro uma cultura, como a culpabilização da mulher em casos de assédio e abuso sexual, e a justificação do comportamento masculino abusivo sobre as mulheres, inclusive a cobrança de que meninos transem mais, e meninas transem menos.

No Brasil, conforme o Jornal Estadão (2017), uma mulher é estuprada a cada 11 minutos, segundo estatística recolhida pela FBSP. Como apenas de 30% a 35% dos casos são registrados, é possível que a relação seja “de um estupro a cada minuto”. Após a jovem B. P. ser estuprada por 33 homens, em 2016, as redes sociais foram instrumentos de protesto contra a Cultura do Estupro e suas influências diretas e indiretas.

Portanto, o presente artigo visa analisar os complexos culturais, tais como o machismo, o patriarcado, a cultura cristã, que colaboram para a realização do

¹ Uma cultura nunca pode ser totalmente consciente-nela existe sempre mais além daquilo que estamos conscientes, e ela não pode ser planejada porque é sempre no pano de fundo inconsciente do nosso planejamento [...] A cultura nunca pode ser traduzida inteiramente para a consciência, e a cultura da qual estamos totalmente conscientes nunca é a totalidade da cultura (EAGLETON;TERRY, 2011, p. 52).

estupro enquanto cultura na sociedade brasileira e, como a demanda é atendida nas delegacias da mulher.

2. METODOLOGIA

O estudo visa analisar o embate cultural do estupro na sociedade brasileira, fazendo uma aproximação através do método dialético crítico. As fontes de consulta para o levantamento dos dados foram os seguintes: Terry Eagleton, “A ideia de Cultura”, Wânia Pasinato Izumino, “Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero”, e Roxane Gay “Má feminista: ensaios provocativos de uma ativista desastrosa”.

Para isso, foi utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica (OLIVEIRA, 2007), utilizando como fonte as referências teóricas sugeridas pela disciplina. Como técnica foi utilizado o fichamento. Para análise do conteúdo dos dados levantados foi utilizado o método dialético-crítico. Além de ser o método de análise dos dados levantados da realidade social expressa na necessidade de apreensão do tema proposto para estudo, pois, a cultura do estupro fere os direitos humanos, em especial o direito das mulheres.

A partir do referencial teórico, tem-se como hipóteses que a vertente cultural do estupro originou-se a partir da figura feminina ser vista como objeto, nas relações sociais relacionadas com o senso comum desde os primórdios da civilidade e atualmente reforçada pela mídia.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

A cultura machista judaico-cristã patriarcal que permeia as relações sociais, (o comportamento, crenças, comunicação de massa, a música), traz elementos que contribuem para a legitimação do estupro como cultural, sendo que, contribuem para que os fatos sucedam-se.

Os corpos religiosos estão prisioneiros ou são prisioneiros voluntários de um sistema que continua legitimando a superioridade de uns em relação aos outros. E este sistema tem sua dose de responsabilidade na manutenção de estereótipos, de formas de socialização e dominação além de permitir que as mulheres sejam ainda consideradas cidadãs de segunda classe. Tudo isso tem consequências que precisam ser avaliadas no presente momento de nossa história (GEBARA, 2013, p.106).

A dominação masculina através da história regida pelo modelo de família patriarcal (visto que na maioria dos casos a vítima conhece o estuproador), apoiado pela Igreja Católica (grande influência na época), além de reforçar a repressão masculina como discurso da palavra de Deus, oferecia sanções aos pecadores, como a ida sem volta ao inferno

Outro fato que caracteriza o estupro como cultural, é que a maioria dos casos de estupro o abusador é próximo da vítima, este, consequência do patriarcado que denomina-se, segundo Tânia (2004), o patriarcado é, portanto, uma estrutura de relações entre posições hierarquicamente ordenadas que tem consequências no nível observável, mas que não se confunde com ele. O patriarcado denomina-se, portanto, como uma instituição de poder que legitima a dominação masculina sobre a feminina em uma posição hierárquica. O comportamento sexual da mulher é critério de avaliação para posição que ocupa socialmente. Tal percepção dá margem para a culpabilização das vítimas de violência sexual que desenvolvem maior liberdade sexual e ampliado número de parceiros.

O patriarcalismo culpabiliza a vítima, com que fosse justificado o comportamento abusivo dos homens sobre as mulheres e incentivou e incentiva atualmente a hipersexualização masculina e a repressão feminina. As consequências disso são: “ditadura da beleza” (que força as mulheres a entrar em um padrão aceito como belo e que, faz com que mulheres que não se encaixam nesse padrão sejam humilhadas); e, o corpo feminino fetichizado, abusado, fotografado, publicado sem permissão, (tendo em vista o pensamento machista, que o corpo da mulher é feito para atender o homem, e que ele é livre pra qualquer um usar).

O patriarcalismo instruído pela Igreja Ortodoxa historicamente influenciou na repressão feminina, sexualmente, moralmente, socialmente, com o intuito de submissão a um dado modelo. No Brasil Colônia, a religião foi implantada como forma de coerção social sobre os indivíduos, como lei da moral e dos bons costumes que fazia e ainda faz com que pessoas ajam de acordo com o que prega a igreja², agregando aleas, também, uma série de preconceitos, entre elas o de gênero³.

Além disso, a Igreja defendia o modelo patriarcal de família e como forma de castigo, os pecadores que seriam aqueles que não seguiram as vontades de deus, iriam para o inferno para toda a eternidade. Segundo, Emerli Schogl (2005) nos primeiros rituais de agradecimento à colheita as mulheres reuniam-se para abençoar as sementes com seu sangue e carne, o ritual simbolizava a 140 fertilização da terra e durava em torno de nove dias nos quais as mulheres se submetiam a ritos de purificação. Purificação seria se livrar dos pecados, normalmente as mulheres ficavam sem praticar atos sexuais, no intuito de expulsar impurezas.

Atualmente, a cultura patriarcal é reforçada indiretamente pela grande mídia, e, conseqüentemente, fortalece a violência de gênero. Pois, a sociedade ainda é permeada pelo sistema patriarcal, apesar da conquista do voto feminino que rompeu com o sistema de organização familiar, onde sem a presença masculina, está sujeita a ter seu corpo tocado, fotografado, fetichizado.

Não importa o quanto uma menina seja talentosa, ela será diminuída a um nível de objeto. Se estiver dentro dos padrões, será apenas mais um rostinho bonito, uma “musa”. Se não estiver nos padrões, será humilhada, de modo que todos os seus “defeitos” sejam expostos pro mundo como se ela fosse uma criminosa. A mídia é cruel e naturaliza o machismo e a insuportável cultura do estupro (Jornalismo de Mulher, 2015).

A mídia reforça em grande parte o discurso do patriarcalismo que sobrepõe a honra do homem sobre o direito de viver garantido da mulher, romantiza o estupro, mostra o corpo feminino como mercadoria e naturaliza relacionamentos abusivos. Portanto, o machismo é resultado de práticas socioculturais que podem e devem ser desconstruídas, e é o papel da mídia também desnaturalizar a violência contra mulher, para assim desconstruir práticas sociais romantizadas. Se as grandes mídias são responsáveis atualmente pela reprodução das relações de ser humano e cultura e da perpetuação de culturas opressoras é dever dela também desconstruir o que reproduziu.

² Com a costela que havia tirado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e levou até ele. Disse então o homem: “Esta sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada” (Gn, 2:22-23).

³ Visto que, para a Igreja católica, Eva, a primeira mulher, foi criada a partir de uma necessidade de Adão.

A opressão de gênero é reproduzida livremente pela mídia, a violência de gênero já é naturalizada por ser algo que há cotidianamente e é normatizada por intermédio de novelas, minisséries, pela publicidade, que diminui o corpo feminino a um mero objeto, para a compra e venda de produtos, dificultando ainda mais a conquista de autonomia das mulheres sobre seu próprio corpo e, em virtude disso, dificultando o processo de denúncias de abuso, tendo como base que a mulher se sente culpada mesmo na posição de vítima em muitas das vezes não consegue sair do ciclo de violência.

Na perspectiva de romper com o ciclo de violência, as delegacias da mulher tiveram início com o intuito de proporcionar às mulheres um atendimento sem constrangimento. A partir de um trabalho realizado por mulheres para mulheres. Porém, o treinamento das mulheres que lá trabalham é o mesmo da delegacia comum, ou seja, não se efetiva em sua plenitude o atendimento sem constrangimento.

Ao procurar a polícia para denunciar seus agressores as mulheres eram submetidas a humilhações e constrangimentos que acabavam a desestimular novas denúncias. A característica do atendimento policial era a falta de interesse em registrar a ocorrência e processá-la criminalmente, como nos casos de violência conjugal, quando as mulheres eram convidadas a refletirem sobre o que havia acontecido e pensar “se elas não teriam provocado aquela agressão”, quando nos casos de violência sexual os constrangimentos eram ainda maiores e não raro a culpa do ocorrido era atribuído a própria vítima, que não teria se comportado direito ou não tinha se vestido de modo adequado (PASINATO, 2004, p. 34).

Além de não haver um treinamento especializado, as delegacias das mulheres não funcionam 24 horas, sendo assim, milhares de mulheres acabam por ter de registrar em delegacias comuns, sofrendo inúmeros constrangimentos que, não raramente, levam a desistência da ocorrência. Além disso, as vítimas não têm acesso a um acompanhamento psicológico. No Brasil, ainda não se tem delegacias e um sistema judiciário não-burocrático para melhor recebimento de ocorrências nem tão pouco acompanhamento psicológico especializado para as vítimas, segundo Pasinato (2004), o sistema judiciário é conservador, corporativo e nada aberto ao diálogo com a sociedade e pouco sensível às mudanças sociais.

Para o melhor atendimento às vítimas, é necessário que haja treinamento especializado dos policiais que gostariam de trabalhar na área, acompanhamento psicológico adequado às vítimas e desformalização do sistema judiciário para que as denúncias sejam efetivadas, visto que menos de 30% dos casos são registrados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, assim, que o estupro é cultural a partir que a cultura remete a crenças e comportamentos naturalizados inconscientemente por um determinado grupo, assim, como os processos de alienação que levam aos inúmeros casos de estupros, como a culpabilização da vítima, justificação do comportamento masculino abusivo sobre as mulheres, incentivo antecipado ao caso no caso dos meninos e repressão sexual no caso das meninas.

Outro fator importante, é que a vítima conhece o estuprador na maioria dos casos. Fato que pode ser explicado pela formação do sistema patriarcal na sociedade e suas consequências, como a ditadura da beleza, que faz com que as mulheres precisem se apropriar de um padrão aceito na sociedade, trazendo

insegurança sobre a aparência das mulheres. Logo, causando baixa auto-estima que também faz com que seja mais fácil a submissão feminina em relação a masculina; o corpo fetichizado, abusado, fotografado, publicado sem sua permissão.

Por fim, cabe a reflexão sobre a cultura do estupro ser naturalizada na mídia, tanto em novelas e mini-séries, como em publicidades e propagandas que sexualizam o corpo feminino, no caso das propagandas para venda de seus produtos. A grande mídia da TV aberta é que mais influencia, atualmente, nas relações sociais e também a mídia que reproduz o machismo mais velado. Assim como a mídia perpetua cultura ela também tem o poder e o dever de desconstruir.

5. REFERÊNCIAS

- BÍBLIA SAGRADA: nova versão internacional /Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. - São Paulo. (Gn)
- CUNHA, Francisco Humberto Filho; MOURA, Leonísia Fernandes; **Violência sexual e culpabilização da vítima**: sociedade patriarcal e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro; Acesso em 29 set 2017. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=47f5d6b9ad18d160>>
- DURÃES, Jaqueline Sena; **Mulher, sociedade e religião**: SANCHES, M. A. (Org.) Congresso de Teologia da PUCPR, 9., 2009, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: Champagnat, 2009. Acesso: 29 set 2017. Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/9CT?dd1=2763&dd99=pdf
- EAGLETON, Terry, 1943. **A ideia de cultura** /Tradução Sandra Castella Branco, revisão técnica CEZAE Mostari. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- ESTADÃO. Uma mulher é estuprada a cada 11 minutos no Brasil, Acesso: 29 set 2017. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,uma-mulher-e-violentada-a-cada-11-minutos-no-pais,10000053690>>
- GAY, Roxane. Má feminista: ensaios provocativos de uma ativista desastrosa Tradução Tássia Carvalho. Barueri: Novo Século Editora, 2016.
- GEBARA, Ivone. **Rompendo o Silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000
- IZUMUNO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. 2 ed. São Paulo, Annablume: FABESP, 2004
- JORNALISMO de Mulher. A objetificação da mulher e a naturalização do machismo na mídia. Acesso: 20 set 2017 Disponível em: <geledes.org.br/a-objetificacao-da-mulher-e-a-naturalizacao-do-machismo-na-midia/xemplos:>
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- Onu BR. **Por que falamos de cultura do estupro?**. Acesso em: 29 set 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>>
- SCHLOGL, Emerli. **O Feminino nas tradições religiosas** = El elemento femenino en las tradiciones religiosas. Revista Educação em Movimento, Curitiba, v. 4, n. 10, jan.- abr. 2005, p. 79-86.